



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

**Redação Final ao Projeto de Lei nº 161/2014**

Fixa, a partir de 1º de maio de 2014, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização.

**Art. 1º** O piso salarial dos empregados integrantes das categorias profissionais enumeradas na Classificação Brasileira de Ocupações (Grandes Grupos Ocupacionais), reproduzidas no Anexo I da presente Lei, com fundamento no inciso V do art. 7º da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal nº 103, de 14 de julho de 2000, no Estado do Paraná, a partir de 1º de maio de 2014, será de:

**I - GRUPO I - R\$ 948,20** (novecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos) para os Trabalhadores Empregados nas Atividades Agropecuárias, Florestais e da Pesca, correspondentes ao Grande Grupo Ocupacional 6 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**II - GRUPO II - R\$ 983,40** (novecentos e oitenta e três reais e quarenta centavos) para os Trabalhadores de Serviços Administrativos, Trabalhadores Empregados em Serviços, Vendedores do Comércio e Lojas e Mercados e Trabalhadores de Reparação e Manutenção, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 4, 5 e 9 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**III - GRUPO III - R\$ 1.020,80** (mil e vinte reais e oitenta centavos) para os Trabalhadores da Produção de Bens e Serviços Industriais, correspondentes aos Grandes Grupos Ocupacionais 7 e 8 da Classificação Brasileira de Ocupações;

**IV- GRUPO IV - R\$ 1.095,60** (mil e noventa e cinco reais e sessenta centavos) para os Técnicos de Nível Médio, correspondentes ao Grande Grupo 3 da Classificação Brasileira de Ocupações.

Parágrafo único. A data-base para reajuste dos pisos salariais é 1º de maio.

Art. 2º Ficam estabelecidas as diretrizes para a Política Estadual de valorização do salário mínimo regional para o ano de 2015:

I - O reajuste para a preservação do poder aquisitivo do salário mínimo regional será composto pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE somado ao índice apresentado do Produto Interno Bruto - PIB Nacional;

II - A variação do INPC e do PIB a que se refere o inciso anterior será o valor acumulado de doze meses até a data do próximo reajuste;

III - Para composição dos índices a que se refere o inciso I deste artigo será considerado o índice nacional.

Art. 3º A política de valorização dos pisos salariais a serem fixados a partir do ano de 2016, será objeto de negociação tripartite entre as Centrais Sindicais e Federações Patronais, com a participação do Governo do Estado, e acompanhamento do Ministério Público do Trabalho e Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego.

§ 1º A Comissão Tripartite para negociação da valorização dos pisos salariais a que se refere este artigo deverá ser constituída no segundo semestre do ano de 2015.

§ 2º A Comissão referida no parágrafo anterior será nomeada através de Resolução pelo Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária - SETS.

Art. 4º Compete ao Conselho Estadual do Trabalho - CET o monitoramento e avaliação da política estadual de valorização do Piso Salarial Mínimo Regional.

Art. 5º Esta Lei não se aplica aos empregados que têm piso salarial definido em Lei Federal, Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho e aos Servidores Públicos.


Art. 6º Os pisos fixados nesta Lei não substituem, para quaisquer fins de direito, o salário mínimo previsto no inciso IV do art. 7º da Constituição Federal.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,  
ficando revogada a Lei nº 17.135, de 1º de maio de 2012.

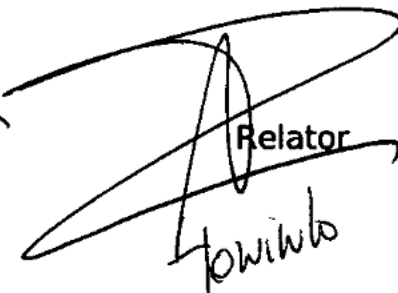
Sala das Comissões, 29 de abril de 2014.



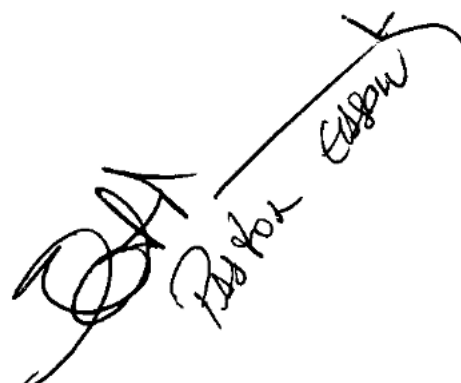
ALEXANDRE CURI  
Presidente



Jonas Guimarães



Relator  
Lewinbo



Pastor Eusebio



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.  
Em, 16 DEZ. 2013  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 774/2013**

Altera a Lei nº 6.288, de 15 de junho  
de 1972.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR, com sede e foro no Município de Curitiba.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013.

Deputado **CAÍTO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

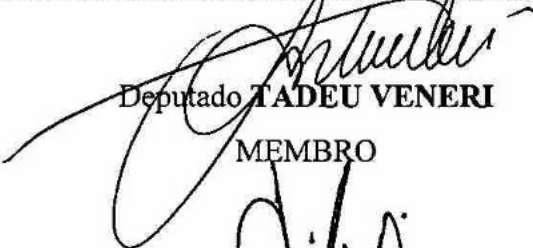
Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n.º 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCILIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972 concedeu o título de Utilidade Pública ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Contudo, verifica-se que houve alteração no Estatuto Social da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 774/2013**

**Projeto de Lei nº. 774/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972.

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.288/1972 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO “INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E ETNOGRÁFICO PARANAENSE” PARA “INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ - IHGPR” – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 6.288/1972. Súmula:** Declara de utilidade pública o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense.

O projeto pretende modificar a denominação do “Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense” para “Instituto



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Histórico e Geográfico do Paraná – IHGPR", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

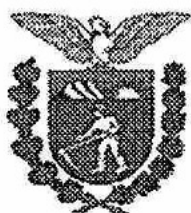
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR


  
Dep. Curi

  
Dep. Pericles

  
Dep. Adriano

  
Dep. Tullio

  
Dep. Pastor

  
Dep. Nereu

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

11.02.14

  
  
  
Dep. Nereu



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
01 ABR. 2014	
DAP	
Visto	<i>Mandato</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 774/2013**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresentase a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 774/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:




Art. 1º A Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:


"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná - IHGPR, com sede e foro no Município de Curitiba.


Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

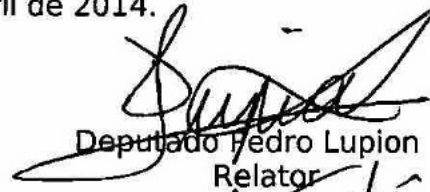
Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.


  
Deputado Carlo Quintana  
Presidente

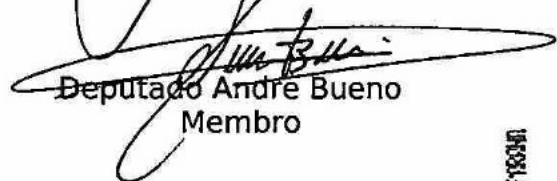
  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

  
Deputado Tercilio Turini  
Membro

  
Deputado Anibelli Neto  
Membro

  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

  
Deputado André Bueno  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 774/2013**

**Projeto de Lei nº 774/2013**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 6.288, de 15 de junho de 1972.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





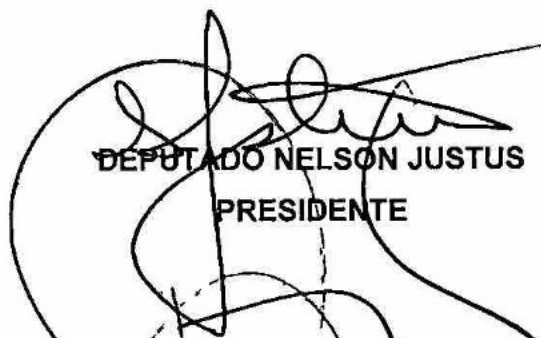
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

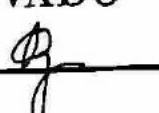
Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

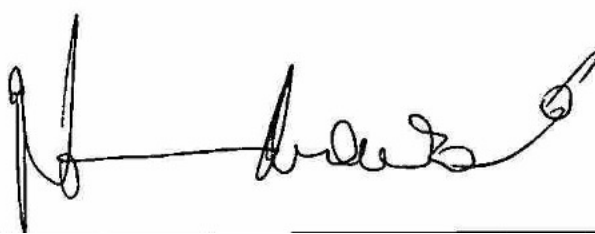
  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
  
  
**APROVADO**

14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

 Dep. Nereu



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.**  
Em, 16 DEZ. 2013  
  
**1º Secretário**

**PROJETO DE LEI Nº 776/2013**

Altera a Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município Curitiba.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CAPTO QUINTANA**  
PRESIDENTE

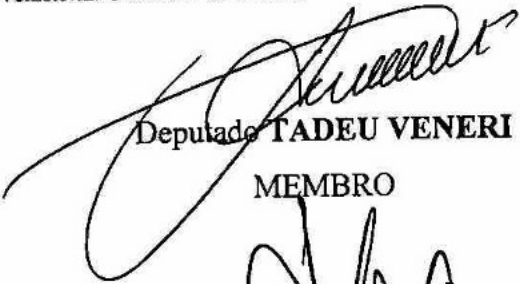
Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971 concedeu o título de Utilidade Pública à Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Prudentópolis. Contudo, verifica-se que a instituição alterou sua sede para o Município de Curitiba, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 776/2013**

**Projeto de Lei nº. 776/2013**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 6.205/1971 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo revogar a Lei:

**Lei 6.205/1971. Súmula:** Considera como de utilidade pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede em Prudentópolis.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Prudentópolis" para "sede e foro no município de Curitiba".



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.


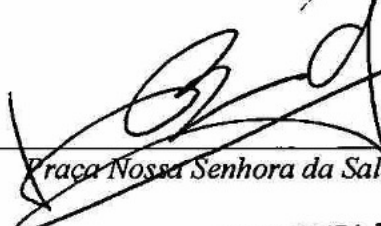
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**PROVADO**

11.02.14 



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº 01
DAP 01 ABR. 2014
Visão Claudio

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 776/2013**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 776/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:




**Art. 1º** A Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971, passa a vigorar com a seguinte redação:

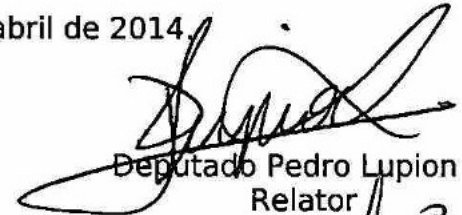
“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.


**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Associação da Imaculada Virgem Maria, com sede e foro no Município de Curitiba.


**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”


Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.


  
Deputado Caio Quintana  
Presidente


  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

  
Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

  
Deputado Tercílio Turini  
Membro

  
Deputado Andre Bueno  
Membro

  
Deputado Anibelli Neto  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

15:14 01/04/2014 001491 DAP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 776/2013**

**Projeto de Lei nº 776/2013**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA.  
POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º  
REGIMENTO INTERNO ALEP.  
CONSTITUCIONAL. PARECER PELA  
APROVAÇÃO DA EMENDA  
MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 6.205, de 12 de julho de 1971.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.


Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE


  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

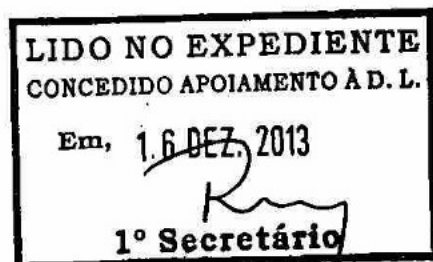
  
  


  
Dep. Aeri

APROVADO  
14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu



## PROJETO DE LEI Nº 777/2013

Altera a Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarado de utilidade pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**  
PRESIDENTE


Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração do foro.

A Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998 concedeu o título de Utilidade Pública ao Lar da Vovó Santa Albertina, com sede e foro no Município de Tapejara. Contudo, verifica-se que a instituição tem sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste, sendo necessária a adequação da Lei.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 777/2013**

**Projeto de Lei nº. 777/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.**

**Súmula:** Altera a Lei nº 12.194, de 8 de julho de 1998.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.194/1998 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion e Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo revogar a Lei:

**Lei 12.194/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede e foro no município de Tapejara.

O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Tapejara" para "sede no município de Tapejara e foro no município de Cruzeiro do Oeste".



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:  
IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições  
que disponham sobre:  
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer  
membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais  
e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu  
arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase  
de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**PROVADO**

11.02.14 







**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
DAP	01 ABR 2014
Visto	<i>Alcides</i>

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 777/2013**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 777/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

DAI  
16  
*[Assinatura]*

Art. 1º A Lei nº 12,194, de 8 de junho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública o Lar da Vovó Santa Albertina, com sede no Município de Tapejara e foro no Município de Cruzeiro do Oeste.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

*[Assinatura]*  
Deputado Caio Quintana  
Presidente

*[Assinatura]*  
Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tadeu Veneri  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Tércio Turini  
Membro

*[Assinatura]*  
Deputado Andre Bueno  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 12,194, de 8 de junho de 1998, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 777/2013**

**Projeto de Lei nº 777/2013**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.194, de 8 de junho de 1998.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

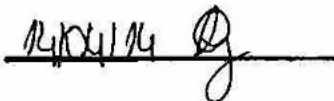
Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE  
  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
Dep. Costa

  
Dep. Siqueira

APROVADO

  
14/04/14

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 DEZ. 2013

1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 779/2013

Altera a Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000.

**Art. 1º** O artigo 1º da Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Provopar – Ação Social do Município de Campo Largo, com sede e foro no Município de Campo Largo.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**  
PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**  
RELATOR

Deputada **CANTORA MARA LIMA**  
MEMBRO



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

  
Deputado **ANDRÉ BUENO**

MEMBRO

  
Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei outorgando o Título de Utilidade Pública, diante de alteração no nome da entidade.

A Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000 concedeu o título de Utilidade Pública à Provopar Municipal – Ação Social. Contudo, verifica-se que houve alteração no nome da entidade, sendo necessária a adequação da Lei para que passe a constar Provopar – Ação Social do Município de Campo Largo.

Assim, e diante da necessidade de alteração da Lei pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 779/2013**

**Projeto de Lei nº. 779/2013**

**Autores:** Deputado Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno.

**Súmula:** Altera a Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000.

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA - LEI Nº 12.899/2000 - ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "PROVOPAR MUNICIPAL-AÇÃO SOCIAL" PARA "PROVOPAR- AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO" - POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.899/2000. Súmula:** Declara de utilidade pública o Provopar Municipal- Ação Social, com sede e foro no município de Campo Largo.

O projeto pretende modificar a denominação do "Provopar Municipal- Ação Social" para "Provopar- Ação Social do Município de Campo Largo", conforme consta sua razão social.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

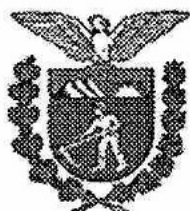
**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

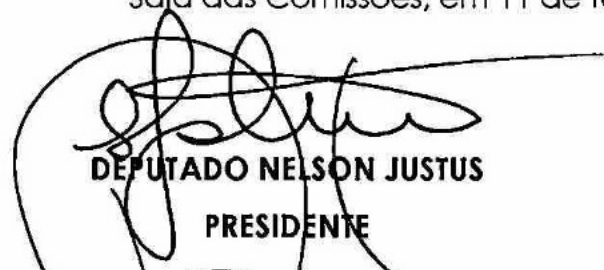


Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

CONCLUSÃO


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.


Sala das Comissões, em 11 de fevereiro de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
PROVADO

11.02.14 

  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria de Assistência ao Plenário

Emenda de Plenário nº	01
01 ABR. 2014	
DAP	
Visto	Claudio

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 779/2013**

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 779/2013, passando a vigorar com a seguinte redação:

DAP  
16

**Art. 1º** A Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Ementa: Declara de Utilidade Pública a Provopar – Ação Social do Município de Campo Largo, com sede e foro no Município de Campo Largo.

**Art. 1º** Declara de Utilidade Pública a Provopar – Ação Social do Município de Campo Largo, com sede e foro no Município de Campo Largo.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

Deputado Carlo Quintana  
Presidente

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Tercilio Turini  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

**JUSTIFICATIVA**

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLÊNÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 779/2013**

**Projeto de Lei nº 779/2013**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

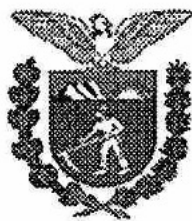
**Súmula:** Altera a Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.899, de 7 de julho de 2000.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**

**I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
Dep. Fernando J.

  
Dep. Leupion

  
Dep. Caio

  
Dep. Aníbal

  
Dep. Curi

**APROVADO**  
14/04/14 

  
Dep. Nereu





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 FEV. 2014

*Mont*  
1º Secretário

## PROJETO DE LEI Nº 56 /2014

Altera a Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.


Art. 1º O art. 1º da Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboti, com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina".

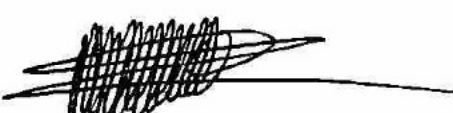
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.923, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

  
Deputado CARLO QUINTANA  
Presidente

  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

  
Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

  
Deputado TADEU VENERI  
Membro

  
Deputado TARCÍLIO TURINI  
Membro

  
Deputado ANDRE BUENO  
Membro

  
Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



# **Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**

*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



## **JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 56/2014**

**Projeto de Lei nº. 56/2014**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto**

**Súmula:** Altera a Lei nº 12.448/1999.

**EMENTA: MODIFICAÇÃO DO NOME DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 12.448/1999 – ALTERAÇÃO DA DENOMINAÇÃO "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS- APAE " PARA "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE JABOTI" – POSSIBILIDADE - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 12.448/1999. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede e foro no Município de Jaboti.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a denominação da "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE," para "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboti", conforme consta sua razão social.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a  
Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**PRESIDENTE**

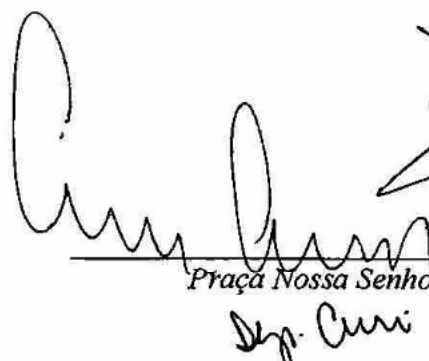
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
Dep. Carlos

  
Dep. Quinteiro

  
Dep. Tadeu

  
Dep. Aurion

  
Dep. Curi

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

12.3.14



Emenda de Plenário nº 011  
DAP 01 ABR 2014  
Visto  
Asssembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

## EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 56/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresenta-se a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 56/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:



Art. 1º A Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboti, com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jaboti, com sede no Município de Jaboti e foro no Município de Tomazina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

Deputado Caio Quintana  
Presidente

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tércio Turini  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

### JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 56/2014**

**Projeto de Lei nº 56/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 12.448, de 13 de janeiro de 1999.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I - ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II - nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça



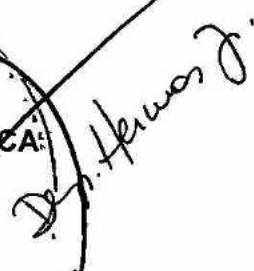
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA  
RELATOR

  
Dep. Hermo J.

  
Dep. Leupion

  
APROVADO

14/04/14 

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
Dep. Nereu



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública



LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 25 FEV. 2014

*Marcelo*  
1º Secretário

**PROJETO DE LEI Nº 57 /2014**

Altera a Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga a Lei nº 17.932, de 10 de janeiro de 2014.

Sala das Sessões, 19 de fevereiro de 2014.

*[Signature]*  
Deputado CANTO QUINTANA  
Presidente

*[Signature]*  
Deputado PEDRO LUPION  
Relator

*[Signature]*  
Deputada CANTORA MARA LIMA  
Membro

*[Signature]*  
Deputado TADEU VENERI  
Membro

*[Signature]*  
Deputado TERCÍLIO TURINI  
Membro

*[Signature]*  
Deputado ANDRÉ BUENO  
Membro

*[Signature]*  
Deputado ANIBELLI NETO  
Membro



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente nº 19, de 2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública*



**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de alteração de Lei tendo em vista a necessidade de adequação do nome da entidade declarada de Utilidade Pública com o constante em seu Estatuto Social.

Diante do exposto, conta-se com o apoio dos Nobres Pares para aprovação da presente Proposição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 57/2014**

**Projeto de Lei nº. 57/2014**

**Autores:** Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto

**Súmula:** Altera a Lei nº 10.986/1994.

**EMENTA:** MODIFICAÇÃO DA SEDE E FORO DA ENTIDADE DECLARADA DE UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 10.986/1994 – ALTERAÇÃO DA SEDE E FORO – POSSIBILIDADE – REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estadual Caíto Quintana, Tadeu Veneri, André Bueno, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e Anibelli Neto, têm por objetivo alterar a denominação da entidade declaração de utilidade pública conforme Lei:

**Lei 10.986/1994. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede e foro no Município de Campo Bonito.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



O projeto pretende modificar a "sede e foro no município de Campo Bonito" para "sede no município de Campo Bonito e foro no município de Guaraniaçu".

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**

**g) declaração de utilidade pública de entidades civis.**

Ademais, verifica-se que o nobre deputado detém a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




**CONCLUSÃO**


Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

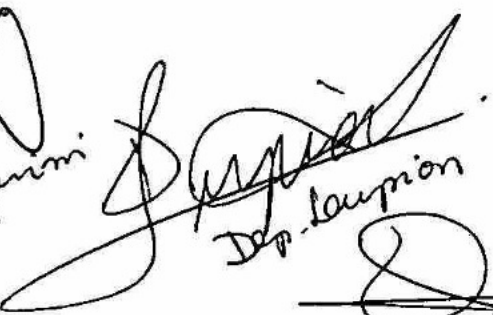
Sala das Comissões, em 12 de Março de 2014.

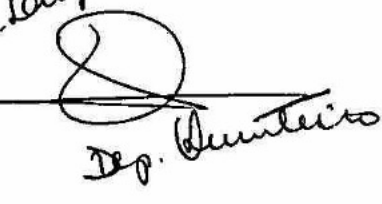
  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**PRESIDENTE**


  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
**Dep. Ceito**

  
**Dep. Taurini**

  
**Dep. Laupion**

  
**Dep. Dumitris**

  
**Dep. Curi**

Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

12.3.14



Emenda de Plenário nº 01  
DAP 01 ABR. 2014  
Visto  
Asssembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Diretoria de Assistência ao Plenário

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 57/2014

Nos termos do § 4º do art. 137 do Regimento Interno, apresento a presente emenda a fim de alterar o teor do art. 1º do Projeto de Lei nº 57/2014, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Ementa: Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu.

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Campo Bonito, com sede no Município de Campo Bonito e foro no Município de Guaraniaçu.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala das Sessões, em 1º de abril de 2014.

Deputado Caio Quintana  
Presidente

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputada Cantora Mara Lima  
Membro

Deputado Tadeu Veneri  
Membro

Deputado Tercílio Turini  
Membro

Deputado Andre Bueno  
Membro

Deputado Anibelli Neto  
Membro

JUSTIFICATIVA

Sugere-se a presente emenda a fim de adequar a ementa da Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, à alteração proposta para o art. 1º, bem como para aplicar à mesma as normas da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO - PROJETO DE LEI Nº 57/2014**

**Projeto de Lei nº 57/2014**

**Emenda Modificativa apresentada em Plenário**

**Súmula:** Altera a Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994, de concessão de Título de Utilidade Pública.

**EMENTA: EMENDA MODIFICATIVA. POSSIBILIDADE. ART. 141 E 137, §4º REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO DA EMENDA MODIFICATIVA.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei, de autoria dos Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Anibelli Neto, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima, Tercílio Turini e André Bueno, tem por objetivo alterar a Lei nº 10.986, de 27 de dezembro de 1994.

Ocorre que, em data de 01 de abril de 2014, o ora projeto de lei recebeu Emenda Modificativa de Plenário em segunda



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
*Comissão de Constituição e Justiça*



discussão. Por esta razão é que a referida Emenda submete-se agora, a análise de constitucionalidade por esta Comissão.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Desta forma, evidencia-se que a Comissão de Constituição e Justiça não adentra no mérito da matéria em questão.

O Regimento Interno desta Casa de Leis estabelece as oportunidades em que podem ser emendadas as proposições:

**Art. 141. As proposições poderão ser emendadas nas seguintes oportunidades:**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*



I – ao iniciar a discussão, desde que apoiadas por cinco Deputados;

II – nas comissões, pelos respectivos relatores, por qualquer membro da Comissão ou ainda por qualquer Deputado, conforme o disposto no artigo 51, §3º deste Regimento. (grifo nosso)

Portanto, verifica-se que foi respeitado o inciso I do artigo 141 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O Regimento Interno, em seu art. 137, §4º, prevê a possibilidade em se oferecer emendas ao projeto de lei apresentado, classificando-se como modificativa aquela proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

**Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.**

**§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra, mas não descaracteriza sua essência.** (grifo nosso).

Desta forma, verifica-se que as emendas ora em tela estão perfeitamente coerente com os ditames constitucionais não encontrando nenhum empecilho para prosperar.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça




**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, tendo em vista que a emenda está de acordo com a técnica legislativa utilizada, bem como não descaracteriza a essência da proposição, opina-se pela **APROVAÇÃO** da Emenda Modificativa de Plenário.

Sala das Comissões, 14 de abril de 2014.


  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
Dep. Leuphion

  
Dep. Costa

  
Dep. Luan  
**APROVADO**

14/04/14 

  
Dep. Nereu

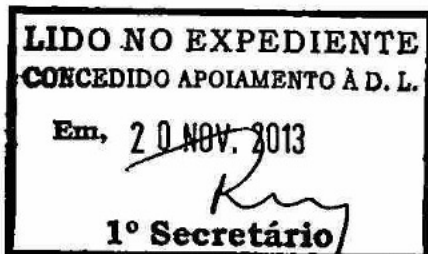


# ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PROJETO DE LEI Nº 657/13



SÚMULA: *Concede Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Mário Capodiferro.*

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, DECRETA:

**Artigo 1º** – Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Mário Capodiferro (Encarregado Diocesano da Pastoral Militar e Caecerária da diocese de Guarapuava).

**Artigo 2º** - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 18 de novembro de 2013

  
**RASCA RODRIGUES**  
Deputado Estadual - PV



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA**  
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury



**JUSTIFICATIVA:**

Padre Mário Capodiferro nasceu em 01 de agosto de 1947, em Gloria del Colle (Bari-Puglie), Itália, onde viveu sua infância e juventude.

Filho de Felipe Capodiferro e Mallardi Rosária, Entrou no seminário em 01 de dezembro de 1959 na ordem congregacional dos Padres Passionistas, tendo noviciado em 01 de setembro de 1964. Sua profissão religiosa deu-se em 14 de setembro de 1965 e sua profissão religiosa perpétua em 21 de março de 1974. No mesmo ano iniciou seu diaconato no seio da Igreja. Em 1975 ocorreu sua ordenação sacerdotal na cidade de Gioia del Colle, mais precisamente em 13 de setembro de 1975.

Sua chegada ao Brasil ocorreu em 23 de junho de 1980, iniciando seu ministério no Estado do Paraná em 1983, como 1º pároco do emancipado município de Lindoeste, em 1985 ocupou o cargo de 1º pároco no município de São José das Palmeniras, em 1987 foi designado como 1º pároco do município de Santa Tereza do Oeste e em 1991 passou a ocupar o cargo de vice-pároco na paróquia Santa Cruz em Guarapuava.

Ná década de 70 Padre Mário dedicou parte de sua vida aos estudos, conquistando os títulos de Bacharel em Filosofia Marxista, de Teologia Morale, e Mestrado em Missiomalogia, e em Teologia Crucis, todos concluídos na Itália.

Na mesma época iniciou seus trabalhos na Pastoral Militar, voltando seu ministério ao atendimento dos encarcerados. Começou esse trabalho como estagiário no hospital militar "Célio" em Roma. Posteriormente desenvolveu atividades como Assistente Espiritual "Legião de Macao" em Roma e na POLIFER (polícia Ferroviária Italiana).

Aqui no Brasil Padre Mário presta serviços carcerários na Penitenciárias FIG, na carceragem da XIV S.D.P, na Penitência Federal de Catanduvas, na Polícia Civil e nas Delegacias da Polícia Federal de Curitiba (superintendência),



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANA**  
**Centro Legislativo Presidente Anibal Khury**



Londrina, Foz do Iguaçu, Maringá, Cascavel, Guaíra, Paranaguá, Guarapuava e Ponta Grossa. Além destas atividades também presta serviços à Pastoral Rodoviária: Polícia Rodoviária Federal e Polícia Rodoviária Estadual.

Por estas razões, é que apresentamos o presente projeto de lei, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo Padre Mário Capodiferro ao Estado do Paraná. Sendo assim solicito o apoio dos nobres pares com assento nesta Casa na aprovação da presente proposta.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 657/2013**

Projeto de Lei nº. 657/2013  
Autores: Deputado Rasca Rodrigues.

**Súmula:** CONCEDE O TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ AO PADRE MÁRIO CAPODIFERRO.

**EMENTA.** TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO. LEI 13.115/01 ALTERADA PELAS LEIS 14.667/05 E 16.213/09. POSSIBILIDADE FACE AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS EXIGIDOS. CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Rasca Rodrigues, tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Padre Mário Capodiferro.



## FUNDAMENTAÇÃO

# *Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

## *Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

### *Comissão de Constituição e Justiça*



Dispõe a Lei 13.115 de 14/02/2001 alterada pelas Leis de nº 14.677 de 06/04/2005 e 16.213 de 17 de agosto de 2009:

Art. 1º. O título de Cidadão Honorário ou de Cidadão Benemérito será concedido à pessoa com reputação ilibada e conduta pessoal e profissional irrepreensíveis que tenha prestado relevantes serviços de abrangência estadual e de contribuição significativa para todo Estado do Paraná e que satisfaça ao menos 4 (quatro) das seguintes condições: (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

I - contribuição ao desenvolvimento das ciências, letras, artes ou da cultura em geral; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

II - ação destacada na área de filantropia ou em favor de obras sociais; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

III - biografia com registro de postura ética e respeitosa na defesa dos postulados democráticos, das instituições nacional e da cidadania; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

IV - notório conhecimento e saber na área de atuação; (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

V - publicações de abrangência estadual em periódicos, jornais, revistas ou outros meios de comunicação. (Redação dada pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Parágrafo único. No momento da propositura devem ser anexadas certidões negativas e criminais, com a finalidade de comprovar sua reputação ilibada, conduta profissional e pessoal irrepreensíveis do homenageado e demais documentos para atendimento ao disposto no caput deste artigo.

(Incluído pela Lei 16213 de 17/08/2009)

Diante da previsão legal, verifica-se que cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento da Assembleia Legislativa apresentar projetos de lei concedendo título de cidadão honorário, de forma que o parlamentar subscritor possui legitimidade para propor o presente Projeto.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

DIRETORIA LEGISLATIVA  
Pág. 254

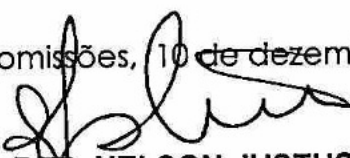
No mesmo sentido, diante da informação da liderança através do ofício em anexo, o partido ainda possui quotas para concessão do referido título de cidadão honorário.

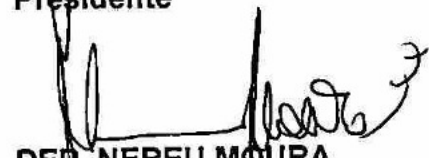
No que tange aos requisitos exigidos pela Lei, estes restam preenchidos, com as certidões necessárias devidamente juntadas, não encontrando óbices para normal tramitação do presente projeto de lei.

**CONCLUSÃO**



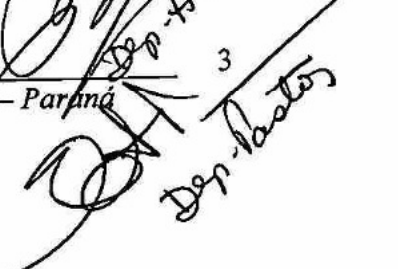
Assim, diante da **LEGALIDADE** do presente projeto, opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 10 de dezembro de 2013.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEP. NEREU MOURA**  
Relator

  
  
**APROVADO**

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná